



## A GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA COMO FERRAMENTA DE FORTALECIMENTO DA IDENTIDADE RURAL, CURRÍCULO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA ESCOLA DO CAMPO

Daniel Silva dos Santos – ICSEZ/UFAM – danielsanthoz1998@gmail.com<sup>1</sup>  
Gilberto Teixeira da Silva - UEA – gilbertoteixeira078@gmail.com<sup>2</sup>

Eixo 03 - Escola, Cidadania e Cultura: enfrentamentos necessários para/na Amazônia

### RESUMO

O artigo teve como fundamento os estudos acerca da gestão escolar democrática como um instrumento para o fortalecimento de identidade na escola do campo, na elaboração de projetos, currículo e práticas pedagógicas que valorizam a realidade local. O presente trabalho teve como objetivo geral aprofundar os conhecimentos sobre a construção e condução de projetos pedagógicos que reconhecem o território, a cultura e os sujeitos do campo. O trabalho discute o papel da gestão escolar frente às políticas que tendem a urbanizar as metodologias educacionais, desconsiderando as especificidades do campo, através da promoção de projetos educativos que envolvem a comunidade. A gestão escolar democrática, como ferramenta, fortalece, e visibiliza a educação do campo como espaço legítimo de produção de conhecimento. A partir dessas reflexões, busca-se contribuir sobre a integração do currículo escolar com práticas contextualizadas, para a valorização da identidade rural, e na construção de uma educação emancipadora, crítica e participativa.

**Palavras-chave:** Gestão Democrática; Currículo, Projetos pedagógicos; Educação no Campo.

### ABSTRACT

<sup>1</sup> Professor graduado em Pedagogia pelo ICSEZ UFAM. E-mail: [danielsanthoz1998@gmail.com](mailto:danielsanthoz1998@gmail.com).

<sup>2</sup> Professor graduado pelo Normal Superior e Pedagogia. E-mail: [gilbertoteixeira078@gmail.com](mailto:gilbertoteixeira078@gmail.com).

This article is grounded in studies on democratic school management as a tool for strengthening identity in rural schools through the development of projects, curriculum, and pedagogical practices that value local realities. The main objective is to deepen understanding of how to design and implement educational projects that recognize the territory, culture, and people of the countryside. The study discusses the role of school management in confronting policies that tend to urbanize educational methodologies, often disregarding the specificities of rural contexts. By promoting community-engaged educational projects, democratic school management reinforces and gives visibility to rural education as a legitimate space for knowledge production. These reflections aim to contribute to the integration of school curricula with contextualized practices, fostering the appreciation of rural identity and the construction of an emancipatory, critical, and participatory education.

**Keywords:** Democratic Management; Curriculum; Pedagogical Projects; Rural Education.

## INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado de análise documental a partir de descritos do Projeto Político Pedagógico, desenvolvido no período de junho a agosto de 2025, em uma Escola da rede pública municipal, localizada na zona rural do município de Parintins-AM. Neste eixo, considera-se importante enfatizar sobre a gestão escolar democrática da instituição que tem se consolidado como um instrumento essencial para o fortalecimento da identidade rural na escola do campo, pois atua diretamente na construção de projetos, currículo e práticas pedagógicas que respeitam e valorizam a realidade local.

Segundo Caldart (2000), a escola do campo deve ser construída a partir das experiências, saberes e lutas das comunidades, e não como uma simples adaptação da escola urbana. Ao integrar o currículo escolar com práticas contextualizadas, a gestão contribui para a valorização da identidade rural e para a construção de uma



educação emancipadora, crítica e participativa. Galgar estas reflexões requer uma releitura das lutas e práxis envolvidas neste início.

A educação do campo é uma construção histórica que emerge das lutas dos movimentos sociais rurais, como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), sindicatos e comunidades rurais, que reivindicam uma educação voltada para suas realidades, culturas e modos de vida. Essa perspectiva rompe com a lógica urbana e homogeneizadora que historicamente marginalizou os sujeitos do campo.

A abordagem da educação do campo está enraizada na historicidade das lutas sociais e na construção de uma pedagogia que valoriza os saberes populares, os modos de vida do campo e suas territorialidades. Essa perspectiva rompe com os modelos urbanos impostos à educação rural, propondo metodologias que dialogam com as especificidades do campo e com os sujeitos que nele vivem.

Essa concepção de educação do campo, portanto, não apenas se fundamenta em princípios legais e teóricos, mas também se articula com os movimentos sociais e com a prática cotidiana das escolas rurais, buscando construir uma educação emancipadora, crítica e contextualizada.

Alves e Medeiros (2023) apontam que, embora haja avanços teóricos e legais, ainda persiste uma tendência de urbanização das metodologias educacionais aplicadas ao campo, o que reforça a importância da gestão escolar democrática como ferramenta de resistência e transformação.

Para Arroyo (2011), essa visão sobre a gestão escolar, quando orientada por princípios democráticos, contribui para o reconhecimento dos sujeitos do campo como protagonistas do processo educativo, promovendo práticas que dialogam com suas identidades culturais e sociais. Nesse sentido, a gestão democrática não apenas organiza o funcionamento da escola, mas também potencializa sua função social como espaço de resistência e produção de saberes.

A gestão democrática, nesse contexto, atua como mediadora entre os marcos legais e a prática pedagógica, promovendo projetos que envolvem a comunidade, respeitam os tempos e espaços do campo e valorizam os saberes populares. Dessa forma, também lançamos olhares as diversas realidades que permeiam o ambiente



escolar, onde observa-se as conjunturas cotidianas que contribui numa reflexão sobre as vivências entre a comunidade escolar.

## **CONTEXTO HISTÓRICO DO EDUCANDÁRIO, METODOLOGIA E O PANORAMA DA EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO LOCAL**

A educação do campo, historicamente marcada por invisibilizações e pela reprodução de modelos urbanos, busca afirmar sua identidade própria, pautada nos saberes, valores e modos de vida das populações rurais. A pesquisa de natureza qualitativa, com abordagem exploratória, deriva de um estudo de caso na Escola Municipal Cívico Militar Tsukasa Uyetsuka, localizada na zona rural do município de Parintins, estado do Amazonas, à margem esquerda da estrada, via de acesso que liga a Comunidade Santa Maria, às comunidades adjacentes. Distante da Cidade de Parintins aproximadamente 30 minutos de barco. O Educandário situa-se a 2 km do centro de Vila Amazônia, em área de assentamento. A comunidade no entorno da escola é constituída de famílias advindas de uma invasão (ocupação ilegal).

No contexto histórico deste educandário enfatiza-se alguns acontecimentos que nortearam o surgimento da referida escola. De acordo com o Projeto Político Pedagógico<sup>3</sup> da escola. O primeiro educandário a funcionar em Vila Amazônia era intitulado “Escola Municipal Otávio Guedes de Araújo, inaugurada em 24 de março do ano de 1991, na gestão do Prefeito Gláucio Bentes Gonçalves (In Memoriam). Localizada na travessa “Ministro cabreira, esquina com a avenida José Maia, primeira rua da Comunidade.

No dia 13 de março de 2006, o ex-governador do Estado Sr. Eduardo Braga, o ex-secretário de Educação do Estado Gideão Amorim e o Prefeito da época, Frank Luiz da Cunha Garcia, e demais autoridades governamentais, presenciaram a inauguração da antiga Escola Agrícola, passando naquele momento por meio do

<sup>3</sup> Projeto Político Pedagógico é o documento que reflete as intenções, os objetivos, as aspirações e os ideais da equipe escolar, tendo como vista um processo de escolarização que atenda a todos os alunos (Libâneo, et al, 2012, p. 484).

Decreto nº 070/2006 de 13 de Março de 2006, a se chamar Escola Municipal Tsukasa Uyetsuka<sup>4</sup>.

A instituição de ensino recebeu esse nome em homenagem ao Doutor Tsukasa Uyetsuka, pela sua magnífica influência como incentivador da educação no Amazonas. O mesmo chegou ao Brasil como diretor de uma universidade Japonesa, a fim de contribuir e preparar jovens para o mercado de trabalho.

Este artigo assume uma abordagem qualitativa, na medida em que permite ao pesquisador o contato direto com os sujeitos, o ambiente e a situação pesquisada (Ludke; André, 1986, p. 11). Ela possibilita, ainda, o trabalho com o universo dos significados, crenças, percepções, sentimentos, valores, opiniões e atitudes dos sujeitos sociais e, assim, permitir compreender um nível de realidade que não pode ser quantificado (Minayo, 2010).

No primeiro momento foi realizada uma pesquisa bibliográfica, de acordo com os levantamentos das abordagens já desenvolvidas por outros pesquisadores, desse modo, assimilando conceitos e explorando os aspectos construídos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas.

Parte dos estudos exploratórios podem ser definidos como pesquisas bibliográficas, assim como certo número de pesquisas desenvolvidas a partir da técnica de análise de conteúdo (Gil, 2008).

No contexto da educação do/no campo local, segue-se tessituras que discorrem a realidade do educandário, pois, no princípio norteador do PPP escolar, a instituição requer busca a exceléncia na educação do campo, com base em novas metodologias, criatividade, trabalho em equipe e protagonismo, tendo como missão o fortalecimento da relação escola/família /comunidade, para o pleno desenvolvimento das potencialidades dos educandos fazendo valer seus direitos, trabalhando com transparéncia e honestidade garantindo a qualidade do Ensino.

<sup>4</sup> Tsukasa Uyetsuka nasceu em 1890 em Kumamoto- Japão. Político, empresário, foi fundador do instituto Amazônia da escola Superior de Colonização Mihom “Kotaku” e da companhia industrial amazonense (Parintins-Am). Ele foi promotor da imigração japonesa na Amazônia e introdutor da cultura da juta Indiana no Brasil e faleceu em 1978.



Nesta análise, entende-se que os sujeitos que dela participam, fazem parte de uma realidade social e econômica e cultural, que deve ser construída histórica e socialmente, considerando-se a diversidade da sociedade vigente a qual exige direcionamentos claros e objetivos que contraponham os conflitos gerados, visando combater o preconceito, homofobia, racismo, intolerância religiosa, o diálogo com o currículo oficial e seus parâmetros, a fim de construir uma sociedade igualitária e consciente dos direitos e deveres comunitários.

Para Rocha e Martins (2003), o território do campo, onde se produz a experiência seminal da educação do campo, é constituído na luta pela terra. E isso, a escola enfrenta nos últimos anos. Para tanto, mediante aos desafios, o educandário mantém-se firme com os projetos pedagógicos na perspectiva de fortalecer o ensino voltado para esta modalidade.

## A GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA DO CAMPO FRENTE ÁS POLÍTICAS QUE TENDEM A URBANIZAR AS METODOLOGIAS EDUCACIONAIS

A Educação do Campo no Brasil é fruto de lutas históricas dos movimentos sociais rurais, que reivindicam uma escola que respeite os saberes, os modos de vida e as necessidades do campo. No entanto, políticas públicas educacionais frequentemente impõem metodologias urbanas, desconsiderando as especificidades em questão.

A gestão escolar assume papel estratégico, não apenas como instância administrativa, mas como espaço de construção de uma educação contextualizada, emancipadora, coletiva, de escuta e valorização sócio-cultural do campo.

Segundo Stefanello, et al. (2022), a gestão democrática na educação do campo aproxima os aspectos escolares dos sociais e culturais dos sujeitos, e promove a participação da comunidade e o reconhecimento da diversidade rural como elemento estruturante do projeto pedagógico.



Essa perspectiva é reforçada por Pessoa e Barbosa (2016), que analisam a gestão escolar como ferramenta de enfrentamento às políticas educacionais que tendem a urbanizar as metodologias, desconsiderando as especificidades do campo. Neste contexto, enfatiza-se que a gestão da escola, ao promover práticas pedagógicas contextualizadas e projetos que emergem das necessidades locais, torna-se um eixo central na valorização da identidade rural e na construção de uma educação do campo crítica, emancipadora e comprometida com a transformação social.

A gestão democrática é prevista na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/96), sendo entendida como a participação efetiva da comunidade escolar nas decisões pedagógicas, administrativas e financeiras.

Na escola do campo, essa gestão deve ser ainda mais sensível às realidades locais, promovendo o protagonismo dos sujeitos do campo, tais como, agricultores, quilombolas, indígenas e ribeirinhos, visibilizados nesta localidade diante deste contexto educativo.

As políticas educacionais brasileiras, especialmente a partir dos anos 2000, passaram a adotar modelos padronizados de ensino, com foco em resultados mensuráveis e avaliações externas. Essa lógica, inspirada em modelos urbanos e empresariais, ignora as especificidades territoriais e culturais do campo.

Neste tópico, aborda-se uma reflexão sobre a gestão frente à urbanização das metodologias educacionais, que manifestam-se em currículos descontextualizados, na formação contínua de docentes voltada para realidades urbanas, nas avaliações padronizadas que não consideram os saberes locais, e na redução de investimentos nas escolas do campo, onde considera-se a nucleação de unidades escolares.

Freire (1996) argumenta que a gestão democrática na escola deve ser construída por meio do diálogo constante entre educadores e educandos, valorizando os saberes populares e promovendo uma educação libertadora.



**Quadro 1- Análise comparativa da escola urbana e rural diante aspectos discutidos:**

Aspecto	Escola Urbana	Escola do Campo
Currículo	Padronizado, voltado para mercado	Contextualizado, voltado para o território
Gestão	Centralizada, técnico-administrativa	Participativa, comunitária
Formação docente	Voltada para grandes centros urbanos	Necessita formação específica para o campo
Avaliação	Padronizada (Prova Brasil, IDEB)	Deve considerar saberes locais
Relação com a comunidade	Distante, institucional	Próxima, afetiva e colaborativa

(Tabela elaborada pelos autores, 2025).

A construção de uma gestão democrática na escola do campo enfrenta desafios, onde enfatiza-se os aspectos em questão, dessa forma observa-se algumas lacunas, tais como: a falta de formação específica para gestores e professores, a ausência de políticas públicas voltadas para o fortalecimento da Educação do Campo e a pressão por resultados padronizados que ignoram a diversidade territorial.

Por outro lado, há experiências exitosas que mostram que é possível construir uma escola do campo com gestão democrática, com os projetos de educação popular e comunitária, em escolas indígenas e quilombolas, e também em projetos de alternância pedagógica.

## **GESTÃO DE VALORIZAÇÃO E FORTALECIMENTO DA IDENTIDADE RURAL, CAMINHOS PARA UMA EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA**

A gestão escolar, por vezes pautada por modelos urbanos e tecnocráticos, tende a invisibilizar a identidade rural, nesse sentido, torna-se urgente pensar uma gestão que valorize e fortaleça essa identidade, promovendo práticas pedagógicas que dialoguem com o território, a cultura e os sujeitos do campo.

Segundo Balbino et al. (2023), a escola no/do Campo é um dos lugares para o fortalecimento da identidade local, inclusive através de lutas, com as contribuições dos



Movimentos Sociais, essenciais à valorização nesta perspectiva. Essa valorização passa pela construção de um projeto político-pedagógico que refletia os valores, as relações, as tradições e os desafios da vida rural.

A identidade rural escolar está profundamente ligada ao território, à cultura e às práticas sociais dos comunitários. Ela se expressa na linguagem, nas festas populares, nas formas de trabalho e nas relações da comunidade escolar de modo geral. A escola, como espaço de formação, deve ser capaz de reconhecer e incorporar essas dimensões.

Sant Ana (2023) afirma que a Educação do Campo reconhece e fortalece a identidade dos estudantes como agentes de transformação, tanto em seu meio quanto na sociedade num todo. Essa perspectiva rompe com a visão assistencialista e promove uma educação emancipadora, que valoriza o protagonismo dos sujeitos em questão.

O desenvolvimento das potencialidades físicas, cognitivas, afetivas, coletivas e democráticas do educando se dá por meio da aprendizagem de saberes e modos de ação a fim de que se transforme em cidadãos ativos no meio em que vivem.

Neste sentido, a educação exerce papel fundamental, organizativo e formativo em qualquer sociedade, é uma "expressão cultural sempre presente na história da humanidade" e é por meio dos processos educativos e democráticos que se constroem objetivos em busca de conquistas.

Para que isso possa acontecer a Constituição Federal Brasileira, em seu Artigo 206, inciso VI trata da importância da "gestão democrática do ensino público", colocando como obrigatória em todo e qualquer órgão público de educação. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96 ressalta e estabelece que as escolas precisam ser organizadas e administradas nos princípios da Gestão Democrática (Brasil, 1996).

Dentre estas concepções podemos destacar que o processo de criação do projeto político pedagógico deve considerar a compreensão das relações interpessoais da organização e de todas as funções desempenhadas por todos os

membros que realizam suas tarefas incluindo colaboradores, docentes e gestores, entendendo essa instituição como um ambiente dinâmico e participativo.

Para Freire (1996) defende que a educação deve partir da realidade dos educandos, no valor de seus saberes e na promoção de uma leitura crítica do mundo. Essa abordagem é essencial para fortalecer a identidade rural na escola.

Nesta perspectiva é que o Projeto Político Pedagógico (PPP) deve ser elaborado corretamente para permitir que os envolvidos tenham consciência de seu caminhar, interfiram nos limites, aproveitem as potencialidades e resolvam as dificuldades detectadas com melhor qualidade e aberto para uma sociedade em constante mudança, na contribuição do desenvolvimento global do educando, na sua identidade e autonomia baseada em valores e respeito ao seu território.

Caldart (2004), propõe que a Educação do Campo deve ser construída a partir da pedagogia do território, onde o espaço geográfico e cultural são elementos estruturantes do currículo e da gestão escolar.

Para que isso ocorra, a gestão precisa ter um bom planejamento, realizando suas metas e objetivos com uma sistematização clara e definida tornando-se mais eficaz.

**Quadro 2 - Tabela Comparativa: Gestão Escolar Convencional / Identitária do Campo**

Aspecto	Gestão Escolar Convencional	Gestão Identitária Rural
Curriculum	Padronizado e urbano	Contextualizado e territorial
Participação da comunidade	Limitada	Ativa e protagonista
Formação docente	Genérica e urbana	Específica para o campo
Relação com o território	Desconectada	Integrada às práticas locais
Valorização cultural	Marginalizada	Central no processo pedagógico
Projeto político-pedagógico	Técnico e normativo	Coletivo e culturalmente situado

(Tabela elaborada pelos autores, 2025).



Com base nessas afirmações o plano de gestão tem por finalidade promover uma escola democrática e comprometida com o ensino aprendizagem, onde os envolvidos compreendam e assumam o seu papel como corresponsáveis no processo educativo, qualificado e integral, embasada em princípios e valores, onde prima-se pela inovação do ensino com caráter de emancipação humana intersubjetiva, com nova base para o mundo de avanços tecnológicos, nova estrutura organizacional na gestão escolar e gestores com novas aptidões cognitivas atitudinais.

Arroyo (2007) argumenta que a escola deve ser um espaço de reconhecimento das múltiplas identidades dos sujeitos, especialmente daqueles historicamente são inferiorizados em seus territórios.

A gestão escolar voltada para a valorização e o fortalecimento da identidade rural é um ato político de resistência e afirmação. Sua contribuição para o galgar de uma educação contextualizada rompe com a lógica homogeneizadora das políticas educacionais urbanas e promove uma educação que reconhece os sujeitos do campo como produtores de saber e cultura.

De acordo com estes apontamentos, é necessário investir em formação, participação e currículo contextualizado, na construção de uma escola que seja, de fato, do e para o campo.

## CURRÍCULO E PROJETOS NO RECONHECIMENTO DOS SABERES E PRÁTICAS DA COMUNIDADE ESCOLAR

O currículo escolar, tradicionalmente concebido como um conjunto de conteúdos normativos, é ressignificado por educadores e pesquisadores que defendem uma abordagem mais contextualizada e participativa.

Para Santos e Vasconcelos (2024), o currículo escolar constitui-se em um instrumento educacional que orienta o tipo de cidadão que se pretende formar para uma determinada sociedade. Desse modo, reflete-se o que é proposto no currículo escolar predominante, onde é distribuído por disciplinas, organizado de forma fragmentada, conhecido como currículo prescritivo, normativo e regulador.

Mpanda (2022), destaca que a inserção de conteúdos de interesse da comunidade no currículo depende da articulação entre professores e famílias, bem como da definição de metodologias participativas.

Nesse sentido, os projetos pedagógicos que reconhecem os saberes e práticas da comunidade escolar tornam-se ferramentas fundamentais para promover uma educação significativa, democrática e culturalmente situada.

A escola, como espaço de formação humana, deve dialogar com os conhecimentos produzidos fora de suas paredes, valorizar as experiências dos estudantes, suas famílias e o território em que está inserida. Essa perspectiva rompe com a lógica transmissiva e abre espaço para uma construção coletiva do conhecimento.

**Quadro 3 - Tabela Comparativa: Currículo Tradicional e o Currículo Integrado à Comunidade:**

Aspecto	Currículo Tradicional	Currículo Integrado à Comunidade
Fonte de saberes	Conteúdos normativos e acadêmicos	Saberes escolares e comunitários
Participação da comunidade	Limitada	Ativa e colaborativa
Metodologia	Expositiva e conteudista	Investigativa e dialógica
Relação com o território	Desconectada	Contextualizada e situada
Protagonismo estudantil	Passivo	Ativo e investigativo

(Tabela elaborada pelos autores, 2025).

Os projetos pedagógicos, quando bem articulados, tornam-se pontes entre o saber acadêmico e o saber vivido, promovendo uma educação mais justa, significativa e enraizada no território. As práticas pedagógicas devem considerar os saberes curriculares como construções coletivas, que emergem da interação entre escola e comunidade (Bianchessi, 2020).



Com intuito de fortalecer o ensino aprendizado, a escola desenvolve projetos que abordam temas como leituras, cálculos matemáticos, meio ambiente, valorização cultural e direitos humanos, onde destacam-se: o Projeto “Embalendo”, o Projeto Soletrando “Leitura na ponta da língua, escrita na ponta do lápis”. Projeto “Meio ambiente e o Projeto de História “Mobilidade Urbana: espaços Históricos e Culturais”. Ações pedagógicas que buscam despertar nos discentes, a importância de fazer pesquisas e utilizar palavras do seu contexto familiar e local, onde se favorece a construção identitária dos estudantes e ampliam sua capacidade de produzir conhecimento a partir de suas vivências. (Félix, 2022).

Desse modo, considera-se o reconhecimento dos saberes e práticas na comunidade escolar através dos projetos pedagógicos onde os alunos são instigados no uso de palavras, expressões, histórias e práticas culturais presentes em sua comunidade, como vocabulário típico, nomes de plantas, receitas, cantigas, lendas, modos de trabalho, tradições culturais, festas populares e conhecimentos ancestrais, onde ganham espaço e legitimidade, articulados às disciplinas como ferramenta de pertencimento e valorização do território.

## REFERÊNCIA

Alves, Andréia Vicêncio Vitor; Medeiros, Andrêssa Gomes de Rezende. **A gestão educacional nos planos de educação: do nacional ao municipal**. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, v. 15, n. esp. 1, 2020. Disponível em: [www.revistalberoamericanadeestudoseeducação.com](http://www.revistalberoamericanadeestudoseeducação.com). Acesso em 20 de agosto de 2025.

Arroyo, Miguel. **Ofício de Mestre: imagens e auto-imagens**. Petrópolis: Vozes, 2011.

Balbino, Elizangela dos Santos et al. **Escola do/no Campo: oportunidades para o fortalecimento da identidade do sujeito campesino**. Anais CONEDU 2023. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2023.com.br> Acesso em 15 de ago. 2025

Bianchessi, Cleber (Org.). **Práticas Pedagógicas e Saberes Curriculares: experiências, desafios e conquistas**. Curitiba: Bagai, 2020.



Brasil. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

Brasil. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, 1996.

Caldart, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

Caldart, Roseli Salete. **Educação do campo: notas para uma análise de percurso**. Revista Trabalho, Educação e Saúde, v. 2, n. 2, p. 7–24, 2004.

Félix, Gisvaldo da Cunha. **A cultura local no contexto escolar**: prática pedagógica interdisciplinar possível. Revista Educação Pública. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br> Acesso em: 15 de ago. 2025.

Freire, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

Gil, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Ludke, Menga; André, Marli. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

Minayo, M. C. de S. (Org). **O desafio do conhecimento**. Pesquisa qualitativa em saúde. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

Mpanda, Verónica Joaquim Sibinde. **Integração curricular dos saberes locais**: relação escola-comunidade local. Revista Njinga & Sepé, 2022. Disponível em: <https://ich.unesco.org/doc> Acesso em: 17 de ago. 2025.

Rocha, Maria Isabel Antunes; Martins, Maria de Fátima Almeida. **Territórios educativos na educação do campo**: escola, comunidade e movimentos sociais. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

Pessoa, Jany Raquel de Oliveira; Barbosa, Nildelane da Silva. **Gestão escolar na educação do campo**. João Pessoa: UFPB, 2016.

Sant Ana, Helena Amaral. **A Educação do Campo como espaço de aprendizagem coletiva, resistência e fortalecimento identitário**. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br> Acesso em 19 de ago. 2025.

Santos, Daniel Silva dos. Vasconcelos, Corina Fátima Costa. **CURRÍCULO E LITERATURA INFANTIL AMAZONENSE**: um diálogo intercultural no processo



# XXIII SEINPE

IFERA DE INOVAÇÃO, CIÉNCIA E TECNOLOGIA  
DA EDUCAÇÃO DO AMAZONAS

ensino-aprendizagem das crianças nos anos iniciais do Ensino Fundamental. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia), Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia, Universidade Federal do Amazonas, Parintins. Disponível em: <https://riu.ufam.edu.br/>. Acesso em 29 de ago.2025.

Stefanello, Flávia; Junges Junior, Mario Luiz; Vieira, Josimar de Aparecido. **Educação do Campo: singularidades da gestão democrática no espaço escolar.** Revista Contemporânea de Educação, UFRJ, 2022.